

País negocia só débito de curto prazo

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O Brasil continuará negociando com os seus credores estrangeiros a prorrogação dos empréstimos de curto prazo, por considerar essa decisão uma operação normal na comunidade financeira internacional. A afirmação foi feita ontem, no Rio, pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, acrescentando que o País só discutirá a parte relativa a prazos para pagamentos de juros, porque o pagamento do principal da dívida externa é algo que não vem sendo cumprido pela quase totalidade das nações.

Segundo ele, "estamos discutindo apenas o prazo do serviço da dívida, a exemplo da maioria das nações que não discutem o prazo para pagamento do principal". Acrescentou que o retorno às negociações com os credores externos se dará a partir da próxima semana, quando serão ampliados os contatos com os banqueiros estrangeiros para o estabelecimento de um sistema que permite o Brasil continuar com o seu desenvolvimento.

Para o ministro da Fazenda, a posição brasileira na negociação da sua dívida externa é bem clara: "O Brasil não negocia o seu crescimento e nem vai pagar o serviço da dívida com o esforço e o desemprego do seu povo. A partir dessa premissa todas as outras propostas de negociação são válidas".

Na sua opinião, o Brasil tem que ser visto pela comunidade financeira internacional como a nação que tem o terceiro superávit de balança comercial no mundo. "O que nós fizemos em 1982/83 foi um ajuste externo em detrimento de um grande desajuste interno. Nós não queremos isso de novo, mas sim que o Brasil continue crescendo, portanto vamos negociar a crise lá fora com os nossos credores", afirmou Funaro, após participar da cerimônia de transmissão de cargo do secretário da Fazenda do Estado do Rio, Jorge Hilário Gouveia Vieira Filho, que antes exercia a presidência do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Para Funaro, as reclamações feitas pelos bancos dos Estados Unidos com relação a prejuízos provocados pela moratória brasileira, é um problema interno dos bancos americanos, porque o importante para nós é o que representa a dívida e qual a postura do Brasil.